

SUMÁRIO

CRIMINOLOGIA	37
1. Noções gerais de criminologia	37
2. Classificações da criminologia	40
3. História da criminologia	42
4. Escolas criminológicas	45
5. Modelos teóricos da criminologia	48
6. Vitimologia	51
7. Prevenção criminal	57
8. Modelos de reação ao delito	58
9. Processos de criminalização	59
10. Estatísticas e cifras criminais	59
11. Classificação dos criminosos	59
12. Métodos, técnicas e testes criminológicos	60
13. Criminologia contemporânea	62
14. <i>Bullying</i> , assédio moral e <i>stalking</i>	64
15. Sistema penal e controle social	66
DIREITO ADMINISTRATIVO	71
1. Direito Administrativo e o Regime Jurídico-Administrativo	71
1.1. Função Administrativa	71
1.2. Administração Pública	71
1.3. Direito Administrativo: Critérios para Definição, Conceito e Fontes	73
1.4. Regime Jurídico-Administrativo	74
2. Organização da Administração Pública	77

2.1.	Órgãos Públicos	77
2.2.	Autarquias	78
2.3.	Agência Reguladora	79
2.4.	Fundação Pública	80
2.5.	Agência Executiva	80
2.6.	Empresas Estatais	81
2.7.	Consórcios Públicos	83
3.	Entes de Cooperação (Terceiro Setor)	84
3.1.	Serviços Sociais Autônomos ("Sistema S")	84
3.2.	Entidades de Apoio	85
3.3.	Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS)	85
3.4.	Organizações Sociais (OS)	86
3.5.	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	88
3.6.	Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES)	88
3.7.	Regime Jurídico das Parcerias Voluntárias	89
4.	Atos Administrativos	90
4.1.	Conceito, Requisitos, Atributos	90
4.2.	Invalidação dos Atos Administrativos	93
5.	Poderes Administrativos	95
5.1.	Atributos	96
6.	Agentes Públicos	97
6.1.	Conceito e Classificação	97
6.2.	Cargo Público, Emprego Público e Função Pública	98
6.3.	Regime Jurídico, Investidura	98
6.4.	Provimento e vacância	101
6.5.	Remuneração	101
6.6.	Responsabilidade dos Servidores Públicos	102
6.7.	Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas	102
6.8.	Estabilidade, Vitaliciedade e Estágio Probatório	103
6.9.	Aposentadoria	104
7.	Licitações Públicas	106
7.1.	Modalidades	109
7.2.	Critérios de julgamento (tipos de licitação)	110

7.3.	Instrumentos auxiliares	110
7.4.	Fase Externa (Publicação do Edital)	111
7.5.	Habilitação	112
7.6.	Adjudicação e homologação	112
7.7.	Invalidação e Revogação	113
7.8.	Responsabilidade do Parecerista e Parecer Referencial	113
7.9.	Licitações para Estatais	113
8.	Contratos Administrativos	114
9.	Serviços Públicos	118
10.	Responsabilidade Civil do Estado	122
10.1.	Conceito, Evolução Histórica do Tema e Fundamento Normativo	122
10.2.	Teoria da Irresponsabilidade do Estado	122
10.3.	Teoria da Responsabilidade com Culpa	122
10.4.	Teoria da Culpa Administrativa	123
10.5.	Teoria do Risco Administrativo	123
10.6.	Teoria da Responsabilidade Integral	123
10.7.	Responsabilidade Civil do Estado na Constituição	123
10.8.	Requisitos	124
10.9.	Excludentes	124
10.10.	Responsabilidade Primária e Subsidiária	124
10.11.	Responsabilidade por Danos Decorrentes de Atividades Nucleares	124
10.12.	Responsabilidade dos Concessionários e Permissionários	125
10.13.	Responsabilidade por Atos Legislativos	125
10.14.	Responsabilidade por Atos Judiciais	125
10.15.	Prescrição e Denúnciação à Lide	125
10.16.	Responsabilidade do Estado por Atos Terroristas	126
11.	Bens Públicos	126
11.1.	Conceito e Classificação	126
11.2.	Formas de Utilização dos Bens Públicos	127
12.	Intervenção Estatal na Propriedade	128
13.	Processo Administrativo	131
14.	Improbidade Administrativa	134
15.	Controle da Administração Pública	138

15.1. Espécies de Recursos	140
15.2. Inovações trazidas pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – Lei nº 13.655/2018 (LINDB)	141
16. Intervenção do Estado no Domínio Econômico	142

DIREITO AMBIENTAL

1. Princípios de Direito Ambiental	145
2. Meio Ambiente na CF/1988	146
3. Direito Ambiental como Direito Econômico	148
4. Política Nacional do Meio Ambiente	148
5. Responsabilidade Civil por Dano Ambiental	149
6. Licenciamento Ambiental	150
7. Código Florestal	152
8. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	154
9. Lei de Crimes Ambientais	155
10. tutela Administrativa do Meio Ambiente	157

DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB)	159
2. Pessoa física	162
3. Pessoa Jurídica	166
4. Direitos da Personalidade	168
5. Domicílio	170
6. Bens Jurídicos	171
7. Teoria do Ato, Fato e Negócio Jurídico	173
8. Prescrição e decadência	176
9. Direito Obrigacional	178
10. Teoria Geral dos Contratos	181
10.1. Contratos em Espécie	183
10.1.1. Compra e Venda	183
10.1.2. Contrato de Doação	184
10.1.3. Contrato de Locação de Coisas	185
10.1.4. Contrato de Empréstimo	186

10.1.5. Contrato de Depósito	187
10.1.6. Contrato de seguro	187
11. Responsabilidade Civil	188
12. Direitos das Coisas	190
13. Direito de Família	197
14. Direito das Sucessões	203
DIREITO CONSTITUCIONAL	209
1. Teoria da Constituição	209
2. Teoria da Norma Constitucional	214
3. Interpretação Constitucional	218
4. Poder Constituinte	221
5. Controle de Constitucionalidade	227
6. Dos Princípios Fundamentais	249
7. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais	251
8. Dos Direitos e Garantias Fundamentais	255
9. Dos Direitos Individuais e Coletivos	258
10. Dos Direitos Sociais	265
11. Do Direito de Nacionalidade	272
12. Dos Direitos Políticos e Partidos Políticos	275
13. Das Ações Constitucionais	279
13.1. Considerações Gerais	279
13.2. <i>Habeas Corpus</i>	280
13.3. Mandado de Segurança	280
13.4. Mandado de Injunção	281
13.5. <i>Habeas Data</i>	282
13.6. Ação Popular	283
13.7. Ação Civil Pública	283
14. Da Organização do Estado	284
15. Da organização dos Poderes	294
16. Do Poder Legislativo	294
17. Do Poder Executivo	302
18. Do Poder Judiciário	306

19. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	317
20. Da Tributação e do Orçamento	319
21. Da Ordem Econômica e Financeira	330
22. Da Ordem Social	333

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

343

1. Lições Preliminares	343
2. Direitos Fundamentais	343
3. Direito à Convivência Familiar	344
4. Família Substituta	345
5. Profissionalização e Proteção ao Trabalho	347
6. Prevenção	347
7. Medidas de Proteção	348
8. Prática de Ato Infracional: Direitos e Garantias	349
9. Medidas Socioeducativas	349
10. Internação	350
11. Remissão	350
12. Conselho Tutelar	351
13. Justiça da Infância e da Juventude	352
14. Apuração de Ato Infracional	353
15. Recursos	354
16. Ministério Público	354
17. Crimes e Infrações Administrativas	354

DIREITO DO TRABALHO

357

1. Introdução	357
2. Das Fontes do Direito do Trabalho	357
3. Do Direito Individual do Trabalho	358
3.1. Dos princípios do Direito Individual do Trabalho	358
3.2. Da relação de trabalho e emprego	359
3.3. Dos trabalhadores excluídos da consolidação das leis trabalhistas	365
3.4. Do contrato individual de trabalho	367
3.5. Do empregado e do empregador	370

3.6.	Da terceirização	371
3.7.	Da interrupção e suspensão do contrato de trabalho	372
3.8.	Da alteração do contrato de trabalho	374
3.9.	Da identificação profissional	376
3.10.	Da segurança e medicina do trabalho	377
3.11.	Da proteção ao trabalho do menor	380
3.12.	Da proteção ao trabalho da mulher	382
3.13.	Da duração do trabalho	384
3.13.1.	Do intervalo intrajornada e interjornada	388
3.14.	Do repouso semanal remunerado e dos feriados	389
3.15.	Das férias	390
3.16.	Da estabilidade	393
3.16.1.	Da estabilidade do servidor público celetista	394
3.16.2.	Da estabilidade da empregada gestante	394
3.16.3.	Da estabilidade do dirigente sindical	395
3.16.4.	Da estabilidade do membro da CIPA	395
3.16.5.	Da estabilidade do empregado acidentado	396
3.17.	Do fundo de garantia por tempo de serviço	396
3.18.	Da remuneração e do salário	398
3.19.	Da extinção do contrato de trabalho	404
3.20.	Do aviso prévio	407
3.21.	Da responsabilidade por verbas trabalhistas	408
4.	DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	409
4.1.	Dos princípios do direito coletivo do trabalho	409
4.2.	Da organização sindical	410
4.2.1.	Das categorias	410
4.2.2.	Da estrutura sindical	411
4.2.3.	Do suporte financeiro das entidades sindicais	413
4.2.4.	Dos instrumentos normativos	413
4.3.	Das práticas antissindicais	415
4.4.	Da greve	416
5.	Da Prescrição e Decadência	417

DIREITO ELEITORAL	419
1. Código Eleitoral (Lei 4.737/65)	419
1.1. Introdução	419
1.2. Dos Órgãos da Justiça Eleitoral	419
1.2.1. Tribunal Superior Eleitoral	419
1.2.2. Tribunal Regional Eleitoral	420
1.2.3. Juiz Eleitoral	420
1.2.4. Junta Eleitoral	421
1.3. Do Alistamento	421
1.3.1. Da Qualificação e Inscrição	421
1.3.2. Do Cancelamento e Suspensão	422
1.3.3. Segunda Via	423
1.3.4. Transferência Eleitoral	423
1.3.5. Penalidades	423
1.4. Disposições Várias	424
1.4.1. Das Garantias Eleitorais	424
1.4.2. Dos Recursos	425
1.4.3. Disposições Penais	425
1.4.4. Disposições Gerais e Transitórias	426
2. Lei das Eleições (Lei 9.504/97)	426
2.1. Disposições Gerais	426
2.2. Das Coligações e Federações	427
2.3. Das Convenções para a Escolha de Candidatos	428
2.4. Do Registro de Candidatos	428
2.5. Da Arrecadação e da Aplicação de Recursos nas Campanhas Eleitorais	430
2.6. Da Prestação de Contas	431
2.7. Das Pesquisas e Testes Pré-Eleitorais	432
2.8. Da Propaganda Eleitoral em Geral	432
2.9. Da Propaganda Eleitoral na Imprensa	435
2.10. Da Propaganda Eleitoral no Rádio e na Televisão	435
2.11. Do Direito de Resposta	436
2.12. Do Sistema Eletrônico de Votação e da Totalização dos Votos	436
2.13. Das Mesas Receptoras	436

2.14. Da Fiscalização das Eleições	436
2.15. Das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais	437
2.16. Disposições Finais	437
3. Lei das Inelegibilidades (LC 64/90)	438
4. Lei Geral dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95)	441
4.1. Disposições Preliminares	441
4.2. Da Organização e Funcionamento dos Partidos Políticos	442
4.2.1. Criação	442
4.2.2. Órgãos de Direção	442
4.2.3. Federações	442
4.3. Das Finanças e Contabilidade dos Partidos	443
4.4. Da Filiação Partidária	444
4.5. Do Acesso Gratuito ao Rádio e à Televisão	444
5. Normas Esparsas	445
5.1. Lei 6.091/74	445
5.2. Resolução TSE n. 23.659/2021	446
6. Normas Constitucionais	448
7. Ações Eleitorais	449
DIREITO EMPRESARIAL	451
1. Do Direito Comercial ao Direito Empresarial	451
2. O Novo Direito Empresarial Brasileiro	452
3. Estabelecimento empresarial	456
4. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – Eireli – Deixou de Existir	457
5. Direito de Propriedade Industrial	458
6. Direito Societário	461
7. Títulos de Crédito	476
8. Contratos Mercantis	479
9. Falência e Recuperação de Empresas – de acordo com a lei n. 14.112/20	483
10. O CPC/2015 e o Direito Empresarial	498
11. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	500
12. Direito Concorrencial	502

13. Lei de Liberdade Econômica	504
14. Marco Legal das <i>Startups</i> (Lei Complementar n. 182/21)	505

DIREITO INTERNACIONAL 507

1. Direito Internacional Público (DIP)	507
2. Sujeitos de Direito Internacional Público	509
3. Sujeitos de Direito Internacional Público	510
3.1. Estado	510
3.2. Organizações Internacionais	511
4. Organizações Internacionais	511
4.1. Organização das Nações Unidas (ONU)	511
4.2. Organização Mundial do Comércio (OMC)	512
4.3. Fundo Monetário Internacional (FMI)	513
4.4. Organização Internacional do Trabalho (OIT)	513
5. Outros Sujeitos de Direito Internacional Público	513
5.1. Sujeitos Históricos, Atípicos ou “Sui Generis”	513
5.2. Novos sujeitos	514
6. Atores que Desempenham Relações Internacionais	514
7. Imunidade à Jurisdição Estatal	514
8. Tratado Internacional	516
9. Costume Internacional	519
10. Relações Diplomáticas	520
11. Relações Consulares	522
12. Nacionalidade	525
13. Estatuto da Igualdade entre Brasileiros e Portugueses	528
14. Migrante	528
15. Visto	531
16. Medidas de Retirada Compulsória	533
16.1. Repatriação	533
16.2. Deportação	533
16.3. Expulsão	533
17. Medidas de Cooperação	535
17.1. Extradicação	535

17.2. Transferência de Execução da Pena	539
17.3. Transferência de Pessoa Condenada	539
18. Asilo	540
19. Refúgio	541
20. Solução Pacífica de Controvérsias	542
21. Cortes Internacionais	544
21.1. Corte Internacional de Justiça (CIJ)	544
21.2. Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH)	544
21.3. Tribunal Penal Internacional (TPI)	545
21.4. Tribunal Internacional do Direito do Mar	546
21.5. Corte Permanente de Arbitragem	546
22. Domínio Público Internacional	547
22.1. Direito do Mar	547
22.2. Espaço aéreo	549
22.3. Espaços Cósmico, Sideral, Exterior ou Extra-Atmosférico	549
22.4. Antártida	550
23. Responsabilidade Internacional	550
24. Proteção Diplomática	551
25. Direito Internacional Privado	552
26. Cooperação Jurídica Internacional	553
26.1. Definição e Objeto	553
26.2. Auxílio Direto	554
26.3. Cartas Rogatórias	554
26.4. Homologação de Sentença Estrangeira	554
26.5. Autoridade Central	555
27. Prestação de Alimentos	556
27.1. Convenção de Nova York	556
27.2. Convenção da Haia	556
28. Sequestro Internacional de Crianças	557
29. Mercado Comum do Sul (Mercosul)	559
30. União Europeia	561
31. Direito Internacional Penal e o Tribunal Penal Internacional	565
32. Direito Internacional do Trabalho	568

DIREITO PENAL	571
1. Introdução	571
1.1. Conceito de Direito Penal	571
1.2. Função do Direito Penal	571
1.3. Fontes do Direito Penal	571
1.4. Classificação da Lei Penal	573
1.5. Interpretação da Lei Penal	573
1.6. Princípios Penais	574
1.7. Lei Penal no Tempo	579
1.8. Teoria da Norma Penal	581
2. Aplicação da Lei Penal	583
2.1. Aplicação da Lei Penal em Relação às Pessoas	583
2.2. Aplicação da Lei Penal no Espaço	585
2.3. Conflito Aparente de Normas	586
3. Crime	587
3.1. Conceito de Crime	587
3.2. Conduta	588
3.3. Tipicidade	590
3.4. Dolo	593
3.5. Culpa	594
3.6. Relação de Causalidade	595
3.7. Consumação e Tentativa	600
3.8. Crime Impossível	601
3.9. Desistência Voluntária, Arrependimento Eficaz e Arrependimento Posterior	602
3.10. Ilícitude (Antijuridicidade)	604
3.11. Culpabilidade	607
3.12. Erro de Tipo e Erro de Proibição	610
4. Concurso de Pessoas	612
5. Penas	616
5.1. Teoria da Pena	616
5.2. Aplicação da Pena	621
5.3. Concurso de Crimes	626
5.4. Suspensão Condicional da Pena	628

5.5.	Livramento Condicional	630
5.6.	Efeitos da Condenação	631
5.7.	Reabilitação	633
6.	Medida de Segurança	633
7.	Extinção da Punibilidade	635
8.	Classificação dos Crimes	642
9.	Crimes Contra a Pessoa	645
9.1.	Crimes Contra a Vida	645
9.2.	Lesões Corporais	652
9.3.	Periclitación da Vida e da Saúde	654
9.4.	Rixa	655
9.5.	Crimes Contra a Honra	656
9.6.	Crimes Contra a Liberdade Individual	659
10.	Crimes Contra o Patrimônio	663
11.	Crimes Contra a Propriedade Imaterial	674
12.	Crimes Contra a Organização do Trabalho	675
13.	Crimes Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos	676
14.	Crimes Contra a Dignidade Sexual	676
15.	Crimes Contra a Família	681
15.1.	Crimes Contra o Casamento	681
15.2.	Crimes Contra o Estado de Filiação	682
15.3.	Crimes Contra a Assistência Familiar	682
16.	Crimes Contra a Incolumidade Pública	683
16.1.	Crimes Contra a Segurança dos Meios de Comunicação e Transporte e Outros Serviços Públicos	684
16.2.	Crimes Contra a Saúde Pública	685
17.	Crimes Contra a Paz Pública	686
18.	Crimes Contra a Fé Pública	688
19.	Crimes contra a Administração Pública	692
19.1.	Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração	692
19.2.	Crimes Praticados por Particular Contra a Administração Pública	697
19.3.	Crimes Praticados por Particular Contra a Administração Pública Estrangeira	701
19.4.	Crimes em Licitações e Contratos Administrativos	702

19.5. Crimes Contra a Administração da Justiça	703
19.6. Crimes Contra as Finanças Públicas	708
19.7. Crimes Contra o Estado Democrático de Direito	710
20. Lei Penais Especiais	710
20.1. Lei de Drogas (Lei 11.343/06)	710
20.2. Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97)	716
20.3. Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03)	720
20.4. Lei do Terrorismo (Lei 13.260/16)	725
20.5. Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/90)	727
20.6. Crimes Contra a Ordem Tributária (Lei 8.137/90)	729
20.7. Lei das Contravenções Penais (DL 3.688/41)	732
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	733
1. Seguridade Social: Origem e Evolução no Brasil	733
2. Seguridade Social: Conceito e Disposições Constitucionais	735
2.1. Saúde	736
2.2. Assistência Social	738
2.3. Previdência Social	739
3. Princípios Constitucionais da Seguridade Social	741
4. Os Regimes de Previdência Social Existentes	744
5. Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	745
5.1. Segurados	745
5.2. Dependentes	753
5.3. Filiação e Inscrição	757
6. Das Espécies de Prestações Previdenciárias	759
7. Dos Benefícios em Espécie	763
7.1. Auxílio por Incapacidade Temporária	763
7.2. Auxílio-Acidente	766
7.3. Aposentadoria por Incapacidade Permanente	768
7.4. Aposentadoria Programada	771
7.5. Aposentadoria Especial	774
7.6. Aposentadoria da Pessoa com Deficiência	777
7.7. Salário-Família	779

7.8. Salário-Maternidade	780
7.9. Pensão por Morte	783
7.10. Auxílio-Reclusão	787
7.11. Acumulação de Benefícios Previdenciários	789
7.12. Abono Anual ou Gratificação Natalina	789
7.13. Revisão da vida toda	789
8. Habilitação e Reabilitação Profissional	790
9. Prescrição e Decadência	791
10. Acidente do Trabalho	791
11. Da Assistência Social	794
12. Custeio da Seguridade Social	798
13. Salário de Contribuição	800
14. Contribuição dos Segurados	804
15. Contribuição do Empregador Doméstico, das Empresas, das Entidades Equiparadas às Empresas e do Microempreendedor Individual (MEI)	807
16. Ações Previdenciárias	810
17. Previdência do Servidor Público	814
18. Previdência Complementar	820
19. Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais – Lei 12.618/2012	823
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	829
1. Normas Fundamentais	829
2. Jurisdição	833
3. Ação	835
4. Competência	836
5. Partes e Procuradores	838
6. Deveres das partes e de seus procuradores	839
7. Despesas, Honorários Advocatícios e Multas	841
8. Gratuidade de Justiça	843
9. Litisconsórcio	844
10. Intervenção de Terceiros	845
11. Juiz e Auxiliares da Justiça	848
12. Impedimentos e Suspeição	849

13. Ministério Público	850
14. Advocacia Pública	852
15. Defensoria Pública	853
16. Atos Processuais e Prazos	854
17. Pressupostos Processuais	858
18. Comunicação dos Atos Processuais	860
19. Invalidades Processuais	863
20. Distribuição e Registro	864
21. Valor da Causa	864
22. Tutela Provisória	865
23. Formação, Suspensão e Extinção do Processo	867
24. Petição Inicial	869
25. Pedidos	869
26. Audiência de Conciliação ou Mediação	870
27. Respostas do Réu	871
28. Fase de Saneamento	873
29. Julgamento Antecipado do Mérito	874
30. Audiência de Instrução e Julgamento	875
31. Provas em Espécie	875
32. Sentença	878
33. Coisa Julgada	879
34. Liquidação de Sentença	880
35. Cumprimento de Sentença	882
36. Procedimentos Especiais	888
37. Processo de Execução	888
38. Diversas Espécies de Execução	891
39. Execução por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente	893
40. Embargos à Execução	894
41. Suspensão e Extinção do Processo de Execução	896
42. Processos nos Tribunais	896
43. Incidente de Assunção de Competência	898
44. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade	899
45. Conflito de Competência	899

46. Homologação de Sentença Estrangeira e Concessão de Exequatur à Carta Rogatória	900
47. Ação Rescisória	900
48. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	901
49. Reclamação Constitucional	905
50. Teoria Geral dos Recursos	907
51. Apelação	908
52. Agravo de Instrumento	910
53. Agravo Interno	911
54. Embargos de Declaração	912
55. Recurso Ordinário	913
56. Recursos Especial e Extraordinário	914
57. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário	915
58. Embargos de Divergência	915

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Dos Princípios	917
2. Da Organização da Justiça do Trabalho	918
3. Da Jurisdição e Competência	919
4. Das Partes, Procuradores, Honorários e Intervenção de Terceiros	923
5. Dos Atos, Termos e Prazos Processuais	926
6. Das Despesas Processuais	929
7. Das Nulidades	930
8. Procedimentos	931
8.1. Sumaríssimo	931
8.2. Procedimento da alçada exclusiva das Varas do Trabalho	932
8.3. Inquérito para apuração de falta grave	933
8.4. Procedimento de jurisdição voluntária	933
8.5. Outros procedimentos	934
9. Inicial e Resposta do Reclamado	934
10. Audiência	936
11. Das Provas	938
12. Das Decisões e Sentenças	940
13. Conciliação	941

14. Da Ação Rescisória	942
14.1. Competência e Legitimidade	942
14.2. Requisitos da Petição Inicial da ação rescisória	943
14.3. Hipóteses de Cabimento	946
14.4. Hipóteses de Não Cabimento	947
14.5. Procedimento	950
15. Dos Recursos	953
15.1. Princípios	953
15.2. Pressupostos Recursais	953
15.3. Procedimento e Efeito dos Recursos	956
15.4. Recurso Ordinário e Embargos de Declaração	957
15.5. Agravo de Petição e Agravo de Instrumento	958
15.6. Recurso de Revista e Recurso de Embargos	959
15.7. Outros Recursos	963
16. Liquidação de Sentença	964
17. Da Execução	965
17.1. Procedimento e competência	965
17.2. Títulos executivos	967
17.3. Penhora, depósito e avaliação	967
17.4. Expropriação dos bens	969
17.5. Correção monetária, juros de mora e multa	970
18. Do Dissídio Coletivo e Ações Coletivas	971
19. Ação de Cumprimento	973
20. Do Mandado de Segurança	974
20.1. Procedimento	974
20.2. Hipóteses de Cabimento	974
20.3. Hipóteses de Não Cabimento	975
21. Da Comissão de Conciliação Prévia	976
DIREITO PROCESSUAL PENAL	979
1. Introdução ao Direito Processual Penal	979
2. Princípios do Processo Penal	980
3. Aplicação da Lei Processual Penal no Espaço	982

4.	Aplicação da Lei Processual Penal no Tempo	983
5.	Interpretação da Lei Processual Penal	984
6.	Inquérito Policial	985
7.	Ação Penal	988
8.	Ação Civil "Ex Delicto"	991
9.	Jurisdição e Competência	991
10.	Questões e Processos Incidentes	995
11.	Prova	997
12.	Sujeitos no Processo Penal	1000
13.	Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória	1001
14.	Citações e Intimações	1006
15.	Sentença	1008
16.	Procedimentos	1009
17.	Nulidades	1013
18.	Recursos	1014
19.	Ações Autônomas de Impugnação	1016
DIREITO TRIBUTÁRIO		1019
1.	Definições	1019
2.	Tributo	1021
3.	Princípios do Direito Tributário	1026
4.	Sistema Constitucional Tributário	1028
5.	Imunidade Tributária	1031
6.	Vigência e Aplicação da Legislação Tributária	1036
7.	Interpretação e Integração da Legislação Tributária	1038
8.	Obrigação Tributária	1040
9.	Lançamento Tributário	1043
10.	Suspensão do Crédito Tributário	1046
11.	Extinção do Crédito Tributário	1049
12.	Exclusão do Crédito Tributário	1058
13.	Garantias e Preferências do Crédito Tributário	1059
14.	Responsabilidade Tributária	1061
15.	Administração Tributária	1065

16. Impostos da União	1068
17. Impostos dos Estados e do Distrito Federal	1077
18. Impostos dos Municípios e do Distrito Federal	1085
19. Contribuições Especiais	1092

DIREITOS HUMANOS 1099

1. História dos Direitos Humanos	1099
1.1. Origem e Evolução	1099
1.2. Antecedentes na Filosofia Política	1100
1.3. Antecedentes no Direito Constitucional Estrangeiro	1101
1.4. Antecedentes no Direito Internacional	1102
2. Teoria dos Direitos Humanos	1103
2.1. Definições	1103
2.2. Características	1103
2.3. Classificações	1104
2.4. Princípios do direito internacional dos direitos humanos	1106
2.5. Outras Vertentes de Proteção no Direito Internacional	1109
2.5.1. Tribunal Penal Internacional (TPI)	1109
3. Direito Constitucional e o Direito Internacional dos Direitos Humanos	1111
3.1. Normas de direitos humanos na Constituição	1111
3.2. Hierarquia de Tratados de Direitos Humanos no Direito Brasileiro	1112
3.2.1. A questão do depositário infiel e os tratados de direitos humanos	1113
3.3. Eficácia e aplicação dos tratados	1114
3.4. Incidente de Deslocamento de Competência	1115
3.5. Outros Temas	1117
4. Sistemas de Proteção dos Direitos Humanos	1117
5. Declaração Universal dos Direitos Humanos	1118
5.1. Contexto Normativo e Histórico	1118
5.2. Estrutura da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)	1118
6. Sistema Universal de Direitos Humanos	1121
6.1. Sistema ONU de Proteção dos Direitos Humanos	1121
6.2. Mecanismos Não-Convencionais	1121
6.3. Mecanismos Convencionais	1122

6.4.	Convenções e Pactos Internacionais do Sistema Universal	1123
7.	Sistemas Regionais de Proteção dos Direitos Humanos	1125
7.1.	Sistemas regionais consolidados	1125
7.2.	Tratados Regionais e Órgãos Regionais de Proteção	1125
8.	Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos	1126
8.1.	Direitos Humanos na OEA	1126
8.2.	Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH)	1127
8.3.	Comissão Interamericana De Direitos Humanos (CIDH)	1129
8.4.	Esgotamento dos Recursos Internos	1130
8.5.	Período para Apresentação da Comunicação	1131
8.6.	Inexistência de Litispendência ou Coisa Julgada Internacional	1131
8.7.	Qualificação e Assinatura do Denunciante	1132
8.8.	Demais Procedimentos Perante a CIDH	1132
8.9.	Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH)	1133
8.9.1.	Competência Consultiva	1134
8.9.2.	Competência contenciosa	1134
8.9.3.	Medidas provisórias	1136
8.9.4.	Casos do Estado Brasileiro na CorteIDH	1137
9.	Sistema Nacional de Direitos Humanos	1142
9.1.	Conselho Nacional dos Direitos Humanos	1142
9.2.	Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH	1142

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1143

1.	PARTE GERAL	1143
1.1.	Disposições preliminares (disposições gerais; igualdade e não discriminação)	1143
1.2.	Dos direitos fundamentais (direitos à vida; habilitação e à reabilitação; à saúde; à educação; à moradia; ao trabalho; à assistência social; à previdência social; à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer; ao transporte e à mobilidade)	1149
1.3.	Acessibilidade (disposições gerais; acesso à informação e à comunicação; tecnologia assistiva; direito à participação na vida pública e política)	1155
1.4.	Ciência e tecnologia	1157
2.	PARTE ESPECIAL	1158
2.1.	Acesso à justiça (disposições gerais; reconhecimento igual perante a lei) ..	1158

2.2.	Crimes e infrações administrativas	1158
2.3.	Disposições finais e transitórias	1158

MEDICINA LEGAL 1161

1.	Introdução ao Estudo da Medicina Legal	1161
1.1.	Conceituação	1161
1.2.	Divisão da Medicina Legal	1162
1.3.	Relações da Medicina Legal com Outras Ciências	1163
1.4.	Histórico da Medicina Legal	1163
1.5.	Perícias e Peritos	1164
1.6.	Corpo de Delito	1165
1.7.	Documento Médico-Legal	1165
2.	Antropologia Forense	1167
2.1.	Identidade e Identificação Humana	1167
3.	Traumatologia Forense	1172
3.1.	Introdução	1172
3.2.	Lesões Produzidas por Ação Contundente	1173
3.3.	Lesões Produzidas por Instrumentos Cortantes	1177
3.4.	Lesões Produzidas por Instrumentos Perfurantes	1177
3.5.	Lesões Produzidas por Instrumentos Cortocontundentes	1178
3.6.	Lesões Produzidas por Instrumentos Perfurocontundentes	1178
3.7.	Estudo das Lesões Provocadas por Projétil de Arma de Fogo	1180
3.8.	Lesões de Entrada Produzidas por Projéteis de Arma de Fogo de Alta Energia	1182
3.9.	Lesões de Saída Produzidas por P.A.F. de Alta Energia	1183
3.10.	Lesões e Morte por Explosivos	1183
3.11.	Lesões e Morte por Ação Térmica	1184
3.12.	Lesões Provocadas pela Ação do Frio	1185
3.13.	Lesões e Morte por Baropatias	1186
3.14.	Lesões e Morte por Ação Elétrica	1187
3.15.	Lesões Produzidas nas Correntes de Alta, Média e Baixa Tensão	1187
3.16.	Lesões Corporais	1188
3.17.	Energia de Ordem Bioquímica	1191
3.18.	Energias de Ordem Biodinâmica	1192

3.19.	Síndrome de Maus-Tratos à Criança e ao Adolescente	1192
3.20.	Lesões e Morte por Energia Radiante	1192
4.	Sexologia Forense	1193
4.1.	Aspectos Médico-Legais dos Crimes contra a Dignidade Sexual	1193
4.2.	Aspectos Médico-Legais do Casamento	1195
4.3.	Aspectos Médico-Legais da Gravidez, Parto e Puerpério	1196
4.4.	Aborto	1197
4.5.	Infanticídio	1199
4.6.	Provas de vida	1200
4.7.	Parafilias	1201
4.8.	Transexualismo	1204
5.	Asfixiologia Forense	1205
5.1.	Parte Geral	1205
5.2.	Asfixias Puras	1206
5.3.	Asfixias Complexas	1208
5.4.	Asfixias Mistas	1209
6.	Toxicologia Forense	1210
6.1.	Parte Geral	1210
6.2.	Aspectos Médico-Legais das Drogadições e da Embriaguez	1212
7.	Psicologia e Psiquiatria Forense	1215
7.1.	Limitadores e Modificadores da Imputabilidade Penal e da Capacidade Civil	1216
8.	Tanatologia Forense	1218
8.1.	Morte	1218
8.2.	Fenômenos Relacionados ao Diagnóstico da Morte	1221
8.3.	Exames de Locais de Morte Violenta ou Suspeita	1223